

## ANEXO B

## REFERÊNCIAS

1. **BITTENCOURT, A. S.** 400 anos da Força Naval sob o comando de Jerônimo de Albuquerque. Rio de Janeiro, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2013.
2. **BOOTH, K.** Navies and Foreign Policy. London: Croom Helm, 1977. 294pp.
3. **BRASIL**. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
4. \_\_\_\_\_. Decreto nº 1.265, de 11 de outubro de 1994 (aprova a Política Marítima Nacional (PMN)).
5. \_\_\_\_\_. Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995 (declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982).
6. \_\_\_\_\_. Decreto nº 2.210, de 22 de abril de 1997 (regulamenta o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, que instituiu o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), e dá outras providências).
7. \_\_\_\_\_. Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998 (regulamenta a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional).
8. \_\_\_\_\_. Decreto 3.128, de 5 de agosto de 1999 (promulga a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destrução, aberta a assinaturas em Ottawa, em 3 de dezembro de 1997).
9. \_\_\_\_\_. Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001 (fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências).

10. \_\_\_\_\_. Decreto nº 4.332, de 12 de agosto de 2002 (estabelece normas para o planejamento, a coordenação e a execução das medidas de segurança a serem implementadas durante as viagens presidenciais em território nacional, e dá outras providências).

11. \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.129, de 6 de julho de 2004 (dispõe sobre a Patrulha Naval e dá outras providências).

12. \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 (aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências).

13. \_\_\_\_\_. Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010 (regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências).

14. \_\_\_\_\_. Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010 (aprova a Estrutura Militar de Defesa e dá outras providências).

15. \_\_\_\_\_. Decreto nº 8.612, de 21 de dezembro de 2015 (institui a Sala Nacional de Coordenação e Controle, para o enfrentamento da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus).

16. \_\_\_\_\_. Decreto nº 8.900, de 10 de novembro de 2016 (altera o Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE).

17. \_\_\_\_\_. Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017 (altera o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da

Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e o Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004, que regulamenta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins, e dispõe sobre a estrutura do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro – SISDABRA).

18. \_\_\_\_\_. Decreto nº 94.536, de 29 de junho de 1987 (regulamenta a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo).

19. \_\_\_\_\_. Decreto nº 96.000/1988 (dispõe sobre a realização de pesquisa e investigação científica na plataforma continental e em águas sob jurisdição brasileira, e sobre navios e aeronaves de pesquisa estrangeiros em visita aos portos ou aeroportos nacionais, em transito nas águas jurisdicionais brasileiras ou no espaço aéreo sobrejacente).

20. \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967 (fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências).

21. \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.778, de 18 de março de 1980 (cria o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA e dá outras providências).

22. \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

23. \_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. EMA-135 Manual de Direito Internacional Aplicado às Operações Navais (1ª rev.). Brasília, 2009.

24. \_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. EMA-331 vol. I Manual de Planejamento Operativo da Marinha - Processo de Planejamento Militar. Rio de Janeiro, 2006.

25. \_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. EMA-411 Manual de Publicações da Marinha (6ª rev.). Brasília, 2016.

26. \_\_\_\_\_. Estratégia Nacional de Defesa, 29SET16 (“versão sob apreciação do Congresso Nacional”).

27. \_\_\_\_\_. Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954 (dispõe sobre o Tribunal Marítimo).
28. \_\_\_\_\_. Lei nº 2.419, de 10 de fevereiro de 1955 (institui a Patrulha Costeira e dá outras providências).
29. \_\_\_\_\_. Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956 (fixa normas para a remessa de tropas brasileiras para o exterior).
30. \_\_\_\_\_. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (institui o Código Eleitoral).
31. \_\_\_\_\_. Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 (altera a redação, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)).
32. \_\_\_\_\_. Lei nº 7.203, de 3 de julho de 1984 (dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores).
33. \_\_\_\_\_. Lei nº 7.273, de 10 de dezembro de 1984 (dispõe sobre a Busca e Salvamento de Vida Humana em Perigo no Mar, nos Portos e nas Vias Navegáveis Interiores).
34. \_\_\_\_\_. Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986 (dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acréscidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências).
35. \_\_\_\_\_. Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 (dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo).
36. \_\_\_\_\_. Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993 (dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências).
37. \_\_\_\_\_. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências).

38. \_\_\_\_\_. Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (LESTA) (dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências).

39. \_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências).

40. \_\_\_\_\_. Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000 (dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências).

41. \_\_\_\_\_. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências).

42. \_\_\_\_\_. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências).

43. \_\_\_\_\_. Lei nº 12.731, de 21 de novembro de 2012 (institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980).

44. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.008, de 26 de junho de 2014 (dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A).

45. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 (regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a

proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências).

46. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.194, de 24 de novembro de 2015 (altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que “dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo”).

47. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 (regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013).

48. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016 (dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)).

49. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (institui a Lei de Migração).

50. \_\_\_\_\_. Lei Complementar (LC) nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pelas LC nº 117, de 2 de setembro de 2004, e nº 136, de 25 de agosto de 2010 (dispõe sobre normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas).

51. \_\_\_\_\_. Parecer GM-025, de 10 de agosto de 2001, da Advocacia-Geral da União (as Forças Armadas, sua atuação, emergencial, temporária, na preservação da ordem pública. Aspectos relevantes e norteadores de tal atuação).

52. \_\_\_\_\_. Política Nacional de Defesa, 29SET16 (“versão sob apreciação do Congresso Nacional”).

53. \_\_\_\_\_. Portaria nº 276/DPC, de 9 de setembro de 2015 (aprova as Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo – Portuários e Atividades Correlatas – (NORMAN-32/DPC)).

54. \_\_\_\_\_. Portaria nº 278/GC3, de 21 de junho de 2012. (aprova a reedição da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira).
55. \_\_\_\_\_. Portaria DECEA nº 73/DGCEA, de 19 de maio de 2016 (aprova a edição da CIRCEA 64-10, Circular Normativa que divulga a Carta de Acordo Operacional entre o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico e o Serviço de Busca e Salvamento da Marinha do Brasil).
56. \_\_\_\_\_. Portaria DECEA nº 282/DGCEA, de 22 de dezembro de 2016 (aprova a reedição da ICA 100-40, que trata dos “Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro”).
57. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 7/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016 (aprova as Instruções para Emprego das Forças Armadas em Apoio à Defesa Civil - MD33-I-01 (1ª Edição/2015)).
58. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016 (aprova o Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01 (5ª Edição/2015)).
59. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 40/MD, de 23 de junho de 2016 (aprova a Doutrina de Logística Militar - MD42-M-02 (3ª Edição/2016)).
60. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 113/SPEAI/MD, de 1º de fevereiro de 2007 (dispõe sobre a Doutrina Militar de Defesa – MD51-M-04”).
61. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 186/MD, de 31 de janeiro de 2014 (dispõe sobre a publicação “Garantia da Lei e da Ordem”).
62. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 229/MD, de 28 de janeiro de 2013 (dispõe sobre “Operações Interagências”).
63. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 513/EMD/MD, de 26 de março de 2008 (aprova o Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas – MD33-M-02 (3ª Edição/2008)).

64. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 861/MC, de 4 de abril de 2013 (dispõe sobre o “Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes”).
65. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 1.691/EMCFA/MD, de 5 de agosto de 2015 (dispõe sobre a Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle - MD31-M-03 (3ª Edição/2015)).
66. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 2.090/MD, de 12 de julho de 2013 (dispõe sobre o “Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes”).
67. \_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 3.810/MD, de 7 de dezembro de 2011 (dispõe sobre o “Manual de Operações de Paz”).
68. \_\_\_\_\_. Secretaria-Geral da Marinha. SGM-105 Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha (NODAM) (4ª rev.). Brasília, 2013.
69. CORBETT, J. S. *Principles of Maritime Strategy*. New York: Dover Publications, Inc., 2004. 317pp.
70. FRANCE. Ministère de la Défense et des Anciens Combattants. *Glossaire Interarmées de Terminologie Opérationnelle (GIATO)*. Saint-Etienne: Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d'Expérimentations, 2013.
71. GROVE, E. *The Future of Sea Power*. Annapolis: Naval Institute Press, 1990. 280pp.
72. INDIA. Ministry of Defence. *Indian Maritime Doctrine*: INBR 8. New Delhi: Maritime Doctrine and Concept Centre, 2009.
73. MAHAN, A. T. *The Influence of Sea Power Upon History*, 1660-1783. New York: Dover Publications, Inc., 1987. 557pp.
74. UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *British Maritime Doctrine*: JDP 0-10. 1. ed. Shrivenham: The Development, Concepts and Doctrine Centre, 2011.

75. **UNITED NATIONS.** *General Assembly Resolution 3314 (XXIX). Definition of Aggression.* New York: *Resolution Adopted by the General Assembly during its Twenty-ninth Session*, pp. 142-144. 14 December 1974.
76. **UNITED STATES.** *Department of the Navy. A Cooperative Strategy for 21<sup>st</sup> Century Seapower.* Washington, DC, March 2015.
77. \_\_\_\_\_. *Navy Warfare Development Command. NWP 1-14M, The Commander's Handbook on the Law of Naval Operations.* Newport, RI, July 2007.
78. \_\_\_\_\_. *The Joint Chiefs of Staff. DOD Dictionary of Military and Associated Terms.* Washington, DC, As of March 2017.
79. \_\_\_\_\_. *The Joint Chiefs of Staff. Joint Publication 3-0. Joint Operations.* Washington, DC, 17 January 2017.
80. \_\_\_\_\_. *The Joint Chiefs of Staff. Joint Publication 3-02. Amphibious Operations.* Washington, DC, 18 July 2014.
81. \_\_\_\_\_. *The Joint Chiefs of Staff. Joint Publication 3-03. Joint Interdiction.* Washington, DC, 9 September 2016.
82. \_\_\_\_\_. *The Joint Chiefs of Staff. Joint Publication 3-05. Special Operations.* Washington, DC, 16 July 2014.
83. \_\_\_\_\_. *The Joint Chiefs of Staff. Joint Publication 3-13. Information Operations.* Washington, DC, 20 December 2011.
84. \_\_\_\_\_. *The Joint Chiefs of Staff. Joint Publication 3-50. Personnel Recovery.* Washington, DC, 27 November 2012 Incorporating Change 1 20 November 2014.
85. \_\_\_\_\_. *U.S. Navy. Naval Doctrine Publication 1. Naval Warfare.* Washington, DC, March 2010.